

China

GREVE NA FÁBRICA DO MUNDO

Operárias de Foshan: pressão sobre a Honda na costa sul da China, em maio e junho deste ano

Honda Lox

Uma série de paralisações recebe surpreendente apoio do Partido Comunista e revela: a redução de direitos não é a única atitude a tomar diante das turbulências financeiras

por Antônio Martins

QUASE AVASSALADORA, nas décadas de 1980 e 1990, a noção de que Europa, América do Norte e Japão constituiriam um "primeiro mundo" a ser admirado e imitado vem sofrendo contínuo desgaste. Neste exato instante, parece estar em curso uma ruptura significativa.

Diante da crise financeira, os governos europeus recorrem às políticas de redução dos direitos sociais e ao corte de serviços públicos. Na China, a situação é um pouco diferente e, em alguns casos, oposta à europeia.

É o que se depreende da onda de greves que agita, desde maio, algumas regiões economicamente muito ativas do país. Na província costeira de Guangdong, por exemplo, um grande polo industrial e exportador, houve 36 grandes paralisações entre 25 de maio e 12 de julho.

Embora disputas trabalhistas na China sejam mais comuns do que se pensa, a nova onda se caracteriza pela maior duração das greves e pelo seu foco, que são as multinacionais estrangeiras, particularmente as japonesas.

Os protagonistas são trabalhadores e trabalhadoras muito jovens, quase sempre migrantes oriundos de regiões rurais mais pobres. Há 120 milhões deles na indústria chinesa. Mas quem cruza os braços agora é uma geração distinta da que foi atraída em massa para os polos industriais costeiros há vinte anos.

A de agora frequenta escolas técnicas, tem acesso à internet e celulares, aspira à vida urbana e ao consumo. As paralisações são pacíficas, mas corajosas. "Assumimos o turno no horário normal, mas em vez de trabalhar caminhamos pela fábrica, por oito horas", contou Zhang Liwen ao *The Guardian*, no início de julho.

Zhang é uma migrante de 21 anos que participou da greve na Denso, que fornece autopeças para Honda e Toyota. "Os chefes nos mandaram voltar às máquinas, mas ninguém obedeceu". Diz ainda que no dia seguinte também o sindicato oficial — na China, eles adotam postura disciplinadora — pressionou pelo fim do movimento.

RENDA NÃO CAI, SOBE

Foi inútil. Uma colega de Zhang relatou a greve ao *Guardian*: "Ninguém nos contou quem estava liderando porque a chefia aplicaria punições. Ninguém também nos disse que haveria greve até o momento em que ela começou".

Mais do que qualquer liderança, o que certamente impulsiona as paralisações é o sucesso dos que lutam. Em alguns casos, os grevistas conquistaram aumento de 47% nos vencimentos. Diversos muni-

cípios elevaram o salário mínimo local em 20%.

Pede-se mais autonomia sindical. O direito de eleger os líderes de fábrica constou de diversas pautas de reivindicação. Mas não parece haver nada comparável às revoltas operárias da Polônia nos anos 1980, que se voltaram contra o Estado "socialista" e pressionaram-no até que ele fosse derrubado.

Ao menos até o momento — e aqui está a segunda grande novidade — o Partido Comunista está estimulando, discretamente, as greves. Normalmente, para o partido, as revoltas sociais são consideradas tabus.

Mas, mesmo sem se referir ao movimento de forma direta, o jornal oficial *Diário do Povo* afirmou, em julho, que o país precisa "ajustar-se a um novo mercado do trabalho".

O primeiro-ministro Wen Jiabao foi explícito. "O trabalho de vocês é glorioso e deve ser respeitado por toda a sociedade". No mesmo mês, falou a operários migrantes que trabalhavam na construção de uma nova linha de metrô na capital, Pequim. "Os migrantes precisam ser atendidos e protegidos. O governo e a população deveriam tratá-los como seus filhos". O tom paternalista sugere que seu primeiro objetivo é tático. O governo não quer tornar-se alvo dos trabalhadores em luta contra empresas multinacionais.

O governo descobriu, como destaca a revista *The Economist*, que já não precisa temer a fuga dos investidores. São eles que hoje necessitam estar próximos tanto da mão de obra quanto do imenso mercado chinês.

O segundo objetivo da liderança chinesa é mais profundo: está intimamente relacionado às saídas para a crise global. Ao contrário do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos governos europeus,

Pequim não está disposto a seguir as receitas ortodoxas, segundo as quais o caminho para relançar a economia é reduzir o preço do trabalho e tornar as grandes empresas mais competitivas.

O governo teria se convencido de que pode haver um período relativamente longo de crescimento reduzido ou de retração. Aposta que seria tolo continuar cumprindo o papel de trabalho barato. Nisso, pode estar em sintonia com os grevistas: busca estimular o consumo interno para sustentar a produção.

A VEDETE CHONGQING

Esse novo cenário implica, primeiro, promover certa distribuição de riqueza. Nas últimas décadas, a economia chinesa investiu muito. A parte dos salários na renda caiu de 61% para 53%, entre 1990 e 2007.

Mas, nos dois últimos anos, os salários médios cresceram em torno de 16% ao ano. Em média, um operário chinês ganha, por hora, pouco mais de 5% dos vencimentos de um americano. Mas em algumas regiões do país os salários já são superiores aos da Tailândia e das Filipinas.

As empresas estão se deslocando para o interior. Por 30 anos, as estrelas da economia foram três regiões costeiras: a de Pequim, ao norte; a do delta do rio Yangzi, onde está Xangai, no centro; e a de Guangdong, ao sul.

Nos últimos anos, porém, a vedete passou a ser Chongqing, também às margens do Yangzi, como Xangai, mas a 2,5 mil quilômetros da costa. A região tem 28 milhões de habitantes e um PIB que cresceu 19% em doze meses. Tem atraído grandes empresas nacionais, como a automotiva Chang'an, que fabrica sozinha metade da produção automotiva do Brasil.

Busca-se, no entanto, mão de obra mais dócil que os inquietos trabalhadores do litoral. Calcula-se que haja, no interior, um exército de reserva de cerca de 70 milhões de pessoas. Mas ninguém vai a Chongqing para exportar: a infraestrutura frágil tornaria os custos exagerados. As empresas buscam no interior do país um mercado consumidor pobre, mas vasto.

O governo, há algum tempo, procura reduzir a precariedade no trabalho. Ainda vigora um sistema semifeudal de passaportes internos (*hukou*), que reduz os direitos dos que migram. Para ter acesso aos serviços públicos, inclusive saúde e educação, eles devem abrir mão da gleba de terra que têm no interior.

Considerada útil pelas autoridades, a legislação é um entrave à formação de trabalhadores estáveis e qualificados. Foi ligeiramente atenuada em 2008, quando os migrantes conquistaram direitos maiores. Essas vitórias podem ter animado outros trabalhadores e estimulado o movimento grevista deste ano.

Os dados disponíveis não sugerem que a China esteja buscando uma alternativa ao capitalismo. Tanto o tipo de indústria que desenvolve quanto a infraestrutura sugerem que o país busca um lugar ao sol na ordem vigente. Por seus arranha-céus imitando os americanos, Chongqing é conhecida como a "cidade vertical". E um de seus grandes projetos em andamento é uma autoestrada de alta velocidade até Xangai.

Mas há beleza e potência em qualquer projeto rebelde. Que atitude abre portas para o futuro? A dos governos europeus, incapazes de defender o Estado de bem-estar que foi, por décadas, exemplo de relações sociais menos selvagens? Ou a dos operários migrantes chineses, dispostos a desafiar o papel que a ordem internacional lhes pretende impor?

Mercado crescente: Chongqing mostra avanço da indústria da costa para o centro do país

